

Escrito por {ga=aderito-caldeira}

Quinta, 08 Novembro 2018 08:06 - Atualizado em Quinta, 08 Novembro 2018 08:25



Desde 1994 que todas as eleições em Moçambique são antecedidas de revisões ao chamado “pacote eleitoral”, em termos práticos bipolarizadas entre os dois maiores partidos políticos. Para Marc De Tollenaere, do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), que nesta quinta-feira (08) lança a nona edição da série “Desafios para Moçambique”, uma reforma eleitoral que efectivamente aprofunde a democracia no nosso país “provavelmente não surgirá de negociações entre a Frelimo e a Renamo, como nos têm feito crer nos últimos 20 anos”.

O pleito de 10 de Outubro passado foi precedido de emendas à lei do estatuto jurídico das autarquias locais e a lei de eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais. Para as Gerais de 2014 foram revistas as leis da Comissão Nacional de Eleições e do Recenseamento Eleitoral.

Todos os pleitos anteriores foram antecedidos de mudanças negociadas pelos dois principais partidos políticos, salvo em 2007 quando o partido Frelimo impôs unilateralmente um novo “pacote eleitoral”. Paradoxalmente as duas formações que polarizam a política estão envolvidos em novas (antigas) negociações para novas reformas tendo em vista as Gerais de 2019.

“Apesar das reformas eleitorais quase permanentes e do “bom aconselhamento” repetido por observadores e especialistas eleitorais, alguns problemas nunca chegaram a ser resolvidos: o processo de apuramento continua a ser excepcionalmente longo e pouco transparente, os

Escrito por {ga=aderito-caldeira}

Quinta, 08 Novembro 2018 08:06 - Atualizado em Quinta, 08 Novembro 2018 08:25

procedimentos de apelação e contestação não funcionam na prática, a impunidade continua a prevalecer e os órgãos de administração eleitoral são politizados em vez de serem neutros” constatou ainda antes das Autárquicas deste ano Marc De Tollenaere, mestrado em Estudos de Desenvolvimento e História, num dos 18 artigos que fazem parte do “Desafios para Moçambique 2018”.

Para este cidadão belga que é membro fundador do IESE a comunidade internacional e a sociedade civil moçambicana são cúmplices dos partidos Frelimo e Renamo nestas contínuas reformas eleitorais pois financia-a e dão o seu suporte com a crença que é a “maneira de impedir o retorno a conflitos violentos resultantes de disputas eleitorais, a melhor de promover ou aprofundar a democracia em Moçambique, a única maneira de eliminar as imperfeições de uma democracia emergente e criar confiança entre os aqui-rivais”.

Marc De Tollenaere conclui que “a reforma eleitoral que aprofunda a democracia (todas as partes aceitam as regras do jogo; há muito mais transparência e um terreno de jogo mais nivelado) provavelmente não surgirá de negociações entre a Frelimo e a Renamo, como nos têm feito crer nos últimos 20 anos”.

Revisões do “pacote eleitoral” não alterarão a natureza do autoritarismo competitivo em Moçambique

Escrito por {ga=aderito-caldeira}

Quinta, 08 Novembro 2018 08:06 - Atualizado em Quinta, 08 Novembro 2018 08:25

